**“Reflexões sobre as relações estabelecidas**

**entre memória, testemunho e ficção em K. Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski”**

***Reflections on the relationships established between memory, testimony and fiction in K. Relato de uma busca, by Bernado Kucinski***

**RESUMO:** Este estudo procura refletir acerca da relação entre ficção, testemunho e memória em *K.: Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, considerando sua condição de livro-testemunho, de obra que contribui para manter viva a memória de desaparecidos políticos no Brasil durante a ditadura civil-militar e a de seus familiares. Nessa perspectiva, considerando o modo particular de interlocução da obra em análise com a memória judaica relacionada à *Shoah*, faremos breve incursão a respeito da relação entre testemunho, trauma, silêncio e escrita. Importante, ainda, para a análise proposta, a discussão desenvolvida por Aleida Assmann (2011) acerca da historicidade da memória cultural, especialmente no que diz respeito à relação entre memória funcional e memória cumulativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bernardo Kucinski. Ficção. Testemunho. Memória.

**ABSTRACT:** This study aims to reflect on the relationship between fiction, testimony and memory in *K.: Report of a search*, by Bernardo Kucinski, considering his condition as book-testimony, a work that contributes to keep alive the memory oh the political disappeared in Brazil during civil-military dictatorship and that of their families. In this perspective, considering the particular way of interlocution of the analyzed piece with the Jewish memory related to Shoah, we will make a brief foray about the relationship between testimony, trauma, silence and writing. It is also important for the analysis proposed here the discussion developed by Aleida Assmann (2011) about the historicity of cultural memory, especially with regard to the relationship between functional memory and cumulative memory.

**KEYWORDS**: Bernardo Kucinski. Fiction. Testimony. Memory.

**Introdução**

*K. Relato de uma busca* é o livro de estreia de Bernardo Kucinski – então com 74 anos – na literatura. Com primeira edição em 2011, pela Expressão Popular, a obra chegou a ser finalista dos prêmios São Paulo de Literatura e Portugal Telecom no ano seguinte, tendo sido traduzida posteriormente para diversos idiomas como espanhol, italiano, alemão e hebraico. O romance em questão narra a rotina angustiante de um pai, K., em busca de informações sobre a filha, A.[[1]](#footnote-1), professora de Química da Universidade de São Paulo – USP, desaparecida em 1974, alvo do terrorismo de Estado perpetrado durante a ditadura civil-militar no Brasil. Nesse percurso, K., judeu polonês, que migrou para o País quando do início das perseguições do III Reich aos judeus na Polônia (particularmente em Wloclawek[[2]](#footnote-2)), é interpelado pelas memórias relacionadas não apenas a sua atuação política na juventude no partido que ajudara a fundar, o Linke Poalei Tzion[[3]](#footnote-3), mas pela perda de familiares tragados pelo projeto genocida que se desenvolveu na Alemanha sob Hitler, a exemplo de sua irmã e de parentes de sua primeira esposa, mãe de A. – tais como pais, irmãos, tios, sobrinhos. Além de recordações e reflexões sobre o genocídio perpetrado pelos alemães contra os judeus, que certamente permaneceram em estado de latência durante a vida de K. no Brasil, este se depara com informações desconhecidas até então acerca da vida de sua filha, como o fato de esta ser militante vinculada à Aliança Libertadora Nacional – ALN e de haver casado com um também militante desta entidade. Ele compreendeu que a omissão desses fatos foi a forma que a filha encontrara para lhe proteger de possíveis investidas de agentes da repressão. Esse núcleo é entrecortado por narrativas cujo objetivo parece ser apresentar ao leitor um panorama do Brasil de então, por meio de visões completamente diversas, tais como a de militares atuantes na força de repressão; a de um general cassado por se opor ao regime; a de uma mulher – Jesuína – que prestara serviços em um casarão ao qual presos políticos eram levados para serem torturados; a da amante do Fleury, delegado do DOPS conhecido por praticar tortura; a de um militante obrigado a mudar de lado, a fim de atuar como agente infiltrado, servindo como informante às forças de repressão.

Diante disso, percebe-se que a obra em questão traz um evento histórico como núcleo ficcional, a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), lido, sobretudo, por meio da experiência particular de dor-angústia-revolta de um pai do qual a filha foi arrancada sem deixar rastros, prática utilizada por agentes da repressão contra militantes contrários ao regime, conforme aponta Janaína de Almeida Teles (2010; 2011). Ao falarmos em repressão, não podemos deixar de assinalar que os traços desse evento invocam em K. as memórias da perseguição e do genocídio dos judeus praticado pelos alemães, de modo que elementos da memória judaica integram muito ativamente a narrativa.

A respeito da construção do enredo, merece especial atenção o fato de a narrativa dialogar fortemente com a história da família do autor, visto que sua irmã, Ana Rosa Kucinski, assim como o esposo desta, Wilson Silva, desapareceram em 1974, por ação de agentes da repressão, posto que ambos militavam na Aliança Libertadora Nacional – ALN. A propósito, a despeito de não haver objetivado construir um romance com características jornalísticas – com referências explícitas a fatos, datas, uso constante de notas de rodapé para remeter a documentos com vistas a comprovar informações prestadas – o autor já abre o livro com a seguinte provocação: “Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”.

Diante disso, considerando o modo particular de interlocução da obra em análise com a memória judaica relacionada à *Shoah*[[4]](#footnote-4), refletiremos a respeito da relação entre testemunho, trauma, silêncio e escrita. Além disso, por meio da discussão proposta por Aleida Assmann (2011) acerca da historicidade da memória cultural, atentaremos para a relação entre memória funcional e memória cumulativa, a fim de pensar a condição de contrarrecordação crítica desta obra, cuja própria publicação já representa um movimento de luta política contra a versão oficial – apresentada pelo Estado brasileiro – referente ao período da ditadura civil-militar brasileira e, portanto, de garantir voz àqueles que foram silenciados.

**1 Entre testemunho e trauma, escrita e silêncio ou *K.* e um passado que não passa**

O capítulo de abertura, *Cartas à destinatária inexistente*, escancara o sofrimento provocado na família pela ausência de A., “sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar” (KUCINSKI, 2016, p. 15). Nesse capítulo, encontramos reflexões escritas pelo irmão[[5]](#footnote-5), em formato de diário (posto que datadas ao final), como que a documentar a necessidade de partilhar a perturbação interna, a ferida novamente aberta, sempre que chega ao seu endereço uma carta endereçada à irmã ausente.

É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do seu corpo morto, o carteiro fosse um Dybbuk[[6]](#footnote-6), sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. Como se além da morte desnecessária quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos. (KUCINSKI, 2016, p. 14).

Essa condição de atualização constante de um passado que, embora de alguma forma se distancie no tempo, não se desprende do presente, mas permanece em latência neste, caracteriza um evento traumático, o qual o sujeito não é capaz de superar. Estudos diversos sobre a recepção do trauma, a elaboração deste, sua transposição para a escrita, bem como a memória do trauma, foram largamente desenvolvidos sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, quando houve grande número de publicações de narrativas testemunhais, de judeus sobreviventes de campos de concentração nazistas.

Especialista na história do genocídio judeu durante a Segunda Guerra Mundial e na memória relacionada a esse evento, a historiadora francesa Annette Wieviorka, em sua obra *L’ère du témoin*, publicada em 1998[[7]](#footnote-7), debruça-se sobre essas produções, a fim de analisar as características dos escritos do que compreende como Era do Testemunho. Nesta, busca investigar as relações entre testemunho e história, donde depreende a existência de três fases na história do testemunho.

A primeira delas é caracterizada pelo momento imediatamente posterior à libertação dos judeus dos campos de concentração. De acordo com a estudiosa, houve aí uma necessidade, por parte dos sobreviventes de recordar e de narrar o que acontecera, tanto é assim que há vasta produção de narrativas autobiográficas, na França, de sobreviventes logo após seu retorno. Por outro lado, segundo ela, muitos não conseguiam comunicar a seus parentes o que lhes havia ocorrido, mantendo, então, o silêncio.

Essa ambivalência entre escrita e silenciamento, fazendo uma breve digressão (que, por óbvio, não objetiva aprofundar a temática ou investigar grande número de produções acerca desta), foi objeto de diversos estudos acerca da questão. O conflito entre a necessidade de testemunhar e a ausência de uma linguagem que se fizesse suficiente para narrar o evento se percebe em reflexões do historiador canadense Michael Marrus (2003), especialista em história da França e do genocídio judeu, que entende a *Shoah* como um evento cuja compreensão nos escapa. Ao dialogar com essa ideia de transbordamento, em sua investigação acerca da história como trauma, Seligmann-Silva (2000), professor e pesquisador brasileiro, analisa o pensamento de Geoffrey Hartmann, para quem a questão não gira em torno da representabilidade/traduzibilidade da *Shoah*, mas da impossibilidade de vivenciar tal evento. Nesse sentido, dialoga com a teoria freudiana do trauma, voltando-se para pensar acerca da dificuldade de assimilação de determinado evento. “O trauma, para Freud, é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento transbordante [...] trata-se, aqui também, da incapacidade de recepção de um evento que vai além dos ‘limites’ da nossa percepção e torna-se, para nós, algo sem-forma” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 84). Voltaremos a essa questão, a fim de refletir sobre o silenciamento de K., sua recusa ao discurso ficcional a respeito do desaparecimento de A., sua filha.

A segunda fase, cujas produções se distanciam em cerca de dez anos do retorno dos sobreviventes dos campos é composta, para Wieviorka (2006), por obras com características literárias, visto que é possível perceber um investimento (deliberado) na ficcionalização dos fatos que remetem ao evento em questão. “Sobrepostos a essas obras literárias estão os testemunhos que passaram a ser frequentemente utilizados para complementar o trabalho de pesquisa documental de historiadores e juristas” (SACRAMENTO, 2018, p. 127). Essa fase se encerra no início da década de sessenta do século XX, mais precisamente em 1961, com o julgamento de Otto Adolf Eichmann, chefe da Seção de Assuntos Judaicos no Departamento de Segurança de Hitler, condenado à morte por enforcamento. “Sua precípua incumbência consistia na concentração e evacuação de judeus da Alemanha, Áustria e Tchecoslováquia [...] pelos trens que os conduziam aos campos de concentração” (BERLA, 2010, p. 71).

Finalmente, a terceira fase, nomeada pela pesquisadora como a era da testemunha, corresponderia ao último quarto do século XX, sendo caracterizada sobretudo por um conjunto de produções culturais, audiovisuais, que conduzem a compreender o testemunho como um imperativo social, não mais como resposta a uma necessidade interior do indivíduo que o faz. Para ela, esta era teria início em 1978, com a transmissão da série televisiva *Holocausto* (dirigida por Marvin Chomsky). A despeito das críticas sofridas pela obra, externadas pelos próprios sobreviventes “sobre a mediocridade do exercício de publicização dos testemunhos, [...] uma era de coleta sistemática de testemunhos audiovisuais é iniciada” (SACRAMENTO, 2018, p. 128). Esta se encerraria com o filme a *Lista de Schindler* (1993), de Steven Spielberg, e com a criação da Fundação *Shoah* pelo próprio Spielberg. Conforme Wieviorka (2006), com a Fundação, foi produzido, em mais de trinta idiomas, um número superior a sessenta mil testemunhos em vídeo, o que aponta para o fato de que essa produção assumiu dimensões industriais. Sua crítica ao resultado do trabalho em questão é que este pareceu pretender deixar uma mensagem às futuras gerações, sobretudo com o objetivo de mexer com as emoções dos espectadores, despertando piedade, indignação, revolta, dentre outros sentimentos dos quais historiadores deveriam se afastar, a fim de realizar seu trabalho, uma vez que, conforme seu pensamento, o rigor da narrativa histórica pressupõe uma aproximação à razão. Importante dizer, ainda, que esta se ocupa em deixar claro que, de acordo com sua concepção, testemunho e história não coincidem, ainda que este possa servir como fonte para o historiador. Aqui verificamos o que nos parece um limite dessa compreensão, uma vez que – possivelmente influenciada por uma concepção eurocêntrica de ciência neutra/imparcial – contrapõe emoção e razão, assim como testemunho e história. Ao contrário disso, conforme trataremos adiante, Aleida Assmann, em *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (2011),vai apontar para a possibilidade de um meio termo, compreendendo que não há verdades absolutas, assim como há sempre interesses (sociais, políticos...) relacionados à conservação do passado (e ao esquecimento de fragmentos deste); de modo a considerar que o entrelaçamento entre história[[8]](#footnote-8) e testemunho colabora para a construção de um sentido mais próximo da realidade.

No romance em estudo, Kucinski apresenta K. como um indivíduo duplamente atravessado pela perda de familiares para regimes autoritários. Ele próprio fora preso e, em seguida, arrastado pelas ruas de Wloclawek, “acusado de subversão pela polícia polaca” (KUCINSKI, 2016, p. 37). Após ter sido solto, sob a condição de emigrar, embarcou às pressas para o Brasil, deixando esposa e filho, que se juntariam a ele um ano mais tarde. Nesse cenário, por mais que tenha grande apreço pela escrita (visto que fora um poeta premiado) e pela transmissão do iídiche, idioma no qual escrevia talvez como forma de resistir, de buscar manter viva ao menos a língua dos judeus dizimados em Auschwitz[[9]](#footnote-9), K. optou pelo silêncio para evitar transmitir esse legado de dor.

Embora cada história de vida seja única, todo sobrevivente sofre em algum grau o mal da melancolia. Por isso, não fala de suas perdas a filhos e netos; quer evitar que contraiam esse mal antes mesmo de começarem a construir suas vidas. [...] K. nunca revelou a seus filhos a perda de suas duas irmãs na Polônia, assim como sua mulher evitava falar aos filhos da perda da família inteira no Holocausto. (KUCINSKI, 2016, p. 154).

As recordações das circunstâncias em que essas perdas ocorreram, entretanto, irrompem diante do desaparecimento de A. e da busca desesperada que K. empreende por informações sobre a filha. Este fez contatos com diversos informantes do regime repressor instaurado pela ditadura civil-militar, que supostamente lhe poderiam ajudar a saber algo sobre o paradeiro da filha. Como atuavam levando informações aos militares, poderiam – talvez – obter deles alguma notícia sobre A., pensamento logo abandonado por K. ao perceber que estes atuavam como peças que alimentavam um jogo de contraprovas levado a cabo pelo sistema, com o intuito de cansá-lo, desmobilizá-lo (KUCINSKI, 2016, p. 30-37). Contudo, mesmo percebendo que não havia interesse dos militares em prestar qualquer esclarecimento aos familiares das vítimas, algum resquício de esperança o levou a buscar um general que, por intermédio de um amigo escritor e advogado, concordara em recebê-lo.

Naquela noite, no Clube Militar, à medida que subia os degraus de mármore branco talhados em forma de pétalas, que conduziam ao andar superior, K. observava a imponência da construção, suas linhas neoclássicas. Lembrou-se subitamente de outra escadaria em outros tempos, em Varsóvia, igualmente em mármore e também no estilo neoclássico, que ele galgara aos saltos, ainda jovem e valente, para indagar o paradeiro de sua irmã Guita, presa num comício do partido que ajudara a fundar, o Linke Poalei Tzion. Alarmou-o a emergência a lembrança, que julgara soterrada sob os escombros da memória.

[...]

A imagem repentina de Guita puxou a do delegado que o expulsara do topo da escadaria de Varsóvia aos gritos de que sua irmã nunca fora presa, de que teria fugido para Berlim, isso sim, com algum amante.

Ainda pensava em Guita quando chegou ao general, que o recebeu de maus modos. Mandou-o sentar com rispidez. Reclamou que ele estava espalhando na comunidade judaica acusações pesadas e sem fundamento contra os militares. E se sua filha fugiu com algum amante para Buenos Aires? O senhor já pensou nisso? (KUCINSKI, 2016, p. 36-37).

A lembrança, supostamente “soterrada sob os escombros da memória”, precipita-se, tal como um arquivo que busca manter-se vivo (DERRIDA, 2001). Numa interpretação freudiana, atualizada por Lilenbaum (2007, p. 3), “o trauma é uma ferida na memória” e, no caso de K., esta é reavivada diante de outra ferida, causada por um evento traumático de semelhante intensidade, o desaparecimento da filha, “tragada por um sistema impenetrável” (KUCINSKI, 2016, p. 35). Diante disso, a perda da irmã para o regime nazista, posto que esta não teve a mesma sorte que ele, tendo falecido na prisão, atualiza-se, volta a se fazer presente incessantemente. É possível também compreender a condição da personagem a partir da seguinte reflexão de Aleida Assmann (2011, p. 283): “as recordações se reconstroem sob a pressão específica de um determinado presente”.

É possível, entretanto, supor que essas recordações estiveram sempre em estado de latência, se não verbalizadas em si, mas representadas pelo cultivo da língua iídiche através da produção literária de K., que se ocupava de alguma forma em manter viva a memória dos judeus exterminados, de fazê-los resistir à máquina de aniquilamento que os sorveu, por meio da sobrevivência da sua língua. Conforme Assmann (2011), a recordação utiliza-se de estabilizadores internos e externos para preservar a memória. Enquanto a escrita, por exemplo, atua como um estabilizador externo, a língua materna é um dos mais importantes estabilizadores internos. Este, portanto, foi certamente um silêncio canalizado, transformado em resistência que não se poderia ler como tal, ao menos não diretamente.

Ferida permanentemente aberta: uma filha arrancada, e o que lhe resta de vida se transforma numa constante peregrinação. K., então, andarilha, viaja, narra repetidas vezes a diferentes interlocutores o desaparecimento de A., como quem trava uma luta contra o aniquilamento. Dessa vez, entretanto, em vez de escolher deliberadamente o silêncio acerca do evento traumático, chegou a cogitar a escrita literária como uma via para lidar com a desaparição da filha.

Mas os dias foram se passando, as semanas, os meses, e ele nada escreveu. Agora estava arrependido, deveria ao menos ter mantido um diário dos seus contatos, de suas buscas. Agora, quando já não havia mais esperanças, quando seus dias custavam a passar na agonia de não ter mais o que procurar ou a quem falar, *só lhe restava mesmo retomar seu ofício de escritor*, não para criar personagens ou imaginar enredos; *para lidar com o próprio infortúnio*.

[...]

K. chegou a compor vários cartões com registros de episódios, diálogos, cenários. Mas ao tentar reuni-los numa narrativa coerente, algo não funcionou. Não conseguia expressar os sentimentos que dele se apossaram em muitas situações pelas quais passara [...].

Era como se faltasse o essencial; era como se as palavras, embora escolhidas com esmero, em vez de mostrar a plenitude do que ele sentia, ao contrário, escondessem ou amputassem o significado principal. *Não conseguia expressar sua desgraça na semântica limitada da palavra*, no recorte por demais preciso do conceito, na vulgaridade da expressão idiomática. *Ele, poeta premiado da língua iídiche, não alcançava pela palavra a transcendência almejada*. (KUCINSKI, 2016, p. 125-127, grifo nosso).

Muitos sobreviventes da *Shoah*, assim como pesquisadores que se debruçaram sobre esse evento histórico, discorreram acerca da impossibilidade da escrita de traduzir uma experiência intraduzível. Primo Levi, químico italiano, sobrevivente de Auschwitz, que se torna escritor após seu retorno do campo de concentração, no primeiro livro publicado sobre essa experiência, chega a afirmar que “a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação[[10]](#footnote-10) de um homem” (LEVI, 1988, p. 24). Diante disso, assim como Levi, K. reflete inicialmente acerca da intraduzibilidade dessa experiência traumática em linguagem escrita, o que aponta para uma possível ausência de capacidade da linguagem para traduzir essa experiência-dor. K. percebe, em seguida, que a incapacidade experienciada não é técnica, mas ética, visto que não consegue atribuir tratamento estético ao horror (desta “solução final” adotada pelas forças de repressão do Estado brasileiro frente a militantes contrários à ditadura civil-militar).

Aos poucos, K. foi se dando conta de que havia um impedimento maior. Claro, as palavras sempre limitavam o que se queria dizer, mas não era esse o problema principal; seu bloqueio era moral, não era linguístico: estava errado fazer da tragédia de sua filha objeto de criação literária, nada podia estar mais errado.

[...]

Naquela noite K. rasgou os cartões de anotações; picou-os em pedacinhos miúdos para que deles nada restasse e atirou tudo ao lixo. Jurou nunca mais escrever em iídiche. [...]

Também foi empurrado a essa decisão por um acaso: queria relatar às netas em Eretz Israel tudo o que havia acontecido. E as netas não conheciam o iídiche, só o hebraico. Naquela mesma noite, K. escreveu sua primeira carta à neta em Eretz Israel, em hebraico impecável, como ele aprendera de criança no heder[[11]](#footnote-11). Assim, não era mais o escritor renomado a fazer literatura com a desgraçada filha; era o avô legando para os netos o registro de uma tragédia familiar. (KUCINSKI, 2016, p. 127-128).

K. aqui repele o ofício de escritor literário[[12]](#footnote-12) renomado para assumir unicamente a função de testemunha. Isso porque, “ante a necessidade de evitar o esquecimento, os sobreviventes procuram traduzir o horror da experiência” (MENEZES, 2013, p. 41). A própria publicação do romance em análise aponta para um movimento de resistência ao silenciamento/esquecimento – lastreado na Lei da Anistia, com sua proposta de “reconciliação nacional” – sobre os crimes cometidos pelo terrorismo de Estado no Brasil. Com a adoção da anistia como um caminho que evitou a punição dos algozes, para Janaína de Almeida Teles[[13]](#footnote-13) (2011, p. 13), historiadora brasileira, “negou-se a necessidade de se constituir no país um processo eficaz de lidar com seu passado recente, favorecendo a manipulação e a instrumentalização dessa memória e, em especial, o esquecimento desses crimes para as futuras gerações”.

**2 A lápide (im)possível ou notas sobre a memória**

Na tradição judaica, costuma-se colocar a lápide (*matzeivá*) sobre o túmulo da pessoa falecida doze meses após seu sepultamento. Esta simboliza o compromisso dos familiares de não o esquecer, de manter a memória daquele ente falecido. No romance em estudo, a fim de poder prestar culto à memória da filha desaparecida – da qual sequer conseguiu encontrar o corpo –, K. busca autorização de um rabino para colocar, ao lado do túmulo de sua esposa, uma lápide para a filha. O líder religioso, no entanto, nega incisivamente seu pedido repetidas vezes.

O que você está pedindo é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo... (KUCINSKI, 2016, p. 73).

Não há uma só palavra no Talmud nem nos catorze livros da Mishné Torá que fale em *matzeivá* sem que exista um corpo. (KUCINSKI, 2016, p. 73-74).

Não tem sentido sepultamento sem corpo. (KUCINSKI, 2016, p. 74).

Sem corpo não há rito, não há nada (KUCINSKI, 2016, p. 75).

A busca de K. ao menos pela lápide, para que pudesse elaborar o luto, portanto, é frustrada. Com isso, nega-se também o direito à memória, ou melhor, a simbolizar a preservação desta (não apenas para si, mas para o grupo). É possível pensar, ainda, ampliando a perspectiva, que o desaparecimento dos corpos das pessoas assassinadas pelos “agentes da segurança pública” durante da ditadura civil-militar no Brasil concorre para a negação de uma memória nacional que reconheça como tais os crimes de Estado praticados nesse período.

Importa assinalar aqui que, ao analisar o tratamento dado por obras literárias brasileiras contemporâneas ao período do golpe militar, Joachim Michael tece reflexões acerca do modo como o desaparecimento (presente nessas narrativas) estende a vulnerabilidade das vítimas a seus familiares, compreendendo que esta se trata de uma estratégia de “aniquilamento expansivo” adotada pelos militares, uma vez que não apenas se exterminam as vítimas, mas se devastam os familiares. Segundo o professor e pesquisador alemão,

em *K. Relato de uma busca* a memória da desaparecida (quase) não se reconstrói, e o desconhecimento junto com a incerteza em relação àquilo que aconteceu com A. não se eliminam. Em outras palavras, a memória aqui não é o conhecimento de um passado oculto e sombrio, senão a lembrança constante de que nunca se chegará a saber o que ocorreu e, assim, não há como conter a devastação desencadeada. *O romance de Bernardo Kucinski mostra que o desaparecimento forçado é uma estratégia de aniquilamento expansivo*. (MICHAEL, 2016, p. 17, grifo nosso).

O culto à memória dos mortos, segundo Assmann (2011), faz parte da memória cultural e se deu de diferentes formas nas mais diversas comunidades. A professora e pesquisadora alemã dedicou-se a refletir acerca da memória cultural, considerando a historicidade a ela inerente, não antagonizando memória e história, mas atentando para a interligação existente entre estas. Para ela, a memória cultural interconecta três dimensões temporais, visto que é evocada no presente, mas se refere ao passado e aponta para uma leitura do futuro. Esta se constitui por heranças simbólicas, que se materializam em objetos, ritos, textos, monumentos, para ficarmos em alguns exemplos. Desse modo, apagar os rastros dos assassinatos cometidos durante a ditadura no Brasil concorre para a negação dessa memória, para sua manipulação (TELES, 2011).

Ao voltar-se para pensar sobre a relação entre história e memória, Assmann (2011) começa por discorrer sobre o pensamento de Nietzsche, Halbwachs e Nora, que “acentuam o caráter construtivista da recordação, seu caráter assegurador da identidade, e afirmam o direito dela em face de uma ciência histórica objetiva e neutra”, para, em seguida, afirmar que “uma oposição entre memória e história entendida desse modo se sustenta cada vez menos” (ASSMANN, 2011, p. 146).

Na esteira de um pensamento que contrasta o corporificado ao descorporificado, ou, em outras palavras, o habitado ao inabitado, “a memória pertence a portadores vivos com perspectivas parciais; a história, ao contrário, ‘pertence a todos e a ninguém’, é objetiva e, por isso mesmo, neutra em relação à identidade” (ASSMANN, 2011, p. 146). A essa relação dicotômica entre memória habitada e memória inabitada (ou seja, entre memória e história respectivamente), Assmann (2011) propõe uma relação conexa entre o que chama de memória funcional e memória cumulativa.

O passo essencial para além da polarização ou equiparação dos conceitos de memória e história consiste em compreender a relação entre memória habitada e inabitada no sentido de dois modos complementares de recordação. Denominaremos a memória habitada *memória funcional*. Suas características mais marcantes são referência ao grupo, à seletividade, à vinculação a valores e à orientação ao futuro. As ciências históricas, por sua vez, são uma memória de segunda ordem, uma memória das memórias, que acolhe em si aquilo que perdeu uma relação vital com o presente. Sugiro atribuir a essa memória das memórias a designação *memória cumulativa*. (ASSMANN, 2011, p. 147).

A compreensão de Assmann (2011) é, portanto, perspectivística. Para ela, a memória cumulativa não é o oposto da memória funcional, mas constitui seu plano de fundo, seu segundo plano. Analisada sob esse prisma, a instalação da lápide de A. dialoga simultaneamente com a manutenção da memória funcional da sua família (que representa todas as famílias das quais houve entes arrancados e desparecidos pela máquina repressora do Estado brasileiro), assim como com a memória cumulativa, pois que atuaria como uma herança simbólica materializada nesse lugar, uma vez que “enquanto as ruínas e os objetos [por exemplo] apontam para algo ausente, a sepultura mantem-se como lugar de descanso do morto, um local de presença numinosa (tal como os locais que guardam em si objetos remanescentes)” (ASSMANN, 2011, p. 344). É preciso salientar, no entanto, que, conforme a pesquisadora alemã, a memória cumulativa não se forma de modo automático,

mas precisa ser apoiada por instituições que preservam, conservam, investigam e difundem o saber cultural. Arquivos, museus, bibliotecas e memoriais participam da execução dessa tarefa tanto quanto institutos de pesquisa e universidades. Essas instituições oferecem resistência tanto à supressão involuntária do passado na memória cotidiana quanto ao seu apagamento consciente na memória funcional. (ASSMANN, 2011, p. 153-154).

Acerca da relação entre manutenção *versus* apagamento, Assmann (2011) chama atenção para algumas formas de uso da memória funcional, dentre as quais destacaremos a *legitimação* e a *deslegitimação*. A primeira delas pode ser compreendida como uma aliança entre dominação e memória, de modo a delinear o que se entenderia como a memória política oficial. “Essa memória legitimadora da dominação tem, ao lado de uma face retrospectiva, também outra prospectiva. Os dominadores usurpam não apenas o passado, mas também o futuro; querem ser lembrados e, para isso, erigem memoriais em homenagem aos seus feitos” (ASSMANN, 2011, p. 151). A deslegitimação, por sua vez, nasce de uma contramemória não oficial, apresentando-se como uma memória funcional criticamente subversiva.

O motivo de uma contrarrecordação cujos portadores sejam os vencidos e oprimidos é a deslegitimação das relações de poder consideradas opressivas. [...] A recordação que se seleciona e conserva nesse caso presta-se a dar fundamentação não ao presente, mas ao futuro, ou seja, ao presente que deve suceder à derrubada das relações de poder ora vigentes. (ASSMANN, 2011, p. 152).

A iniciativa de K., que visa manter viva a memória da desaparecida (podendo aqui ser interpretada como metonímia da memória de todos os desaparecidos) pode ser lida como o que Assmann entende por deslegitimação, como um esforço de contrarrecordação frente à tentativa de eliminar “sem deixar vestígios” (TELES, 2010, p. 260) adotada pelos agentes da repressão no Brasil. A legitimação, para estes, vale ressaltar, esteve menos atrelada à construção de memoriais exaltatórios do que ao apagamento dos seus crimes, conforme Janaína de Almeida Teles (2010), em seu estudo acerca da luta (inclusive jurídica) dos familiares de desaparecidos por “verdade e justiça”, mesmo após a chamada reabertura democrática. Ao buscar levantar as estratégias de repressão adotadas durante o período da ditadura civil-militar, esta afirma que,

no Brasil, a mudança substancial de estratégia da repressão política foi a utilização do desaparecimento forçado sistematicamente em 1973, método que conviveu com o sequestro e a prisão de milhares de pessoas em todo o país.

[...]

Diminuíam os assassinatos mascarados pela versão de suicídio ou tiroteio e surgia com força a figura do *desaparecido*: não mais havia a notícia da morte, um corpo, atestado de óbito – essas pessoas perderam seus nomes, perderam a possibilidade de ligação com seu passado, dificultando a inscrição dessa experiência na memória e o trabalho de luto. (TELES, 2010, p. 257; 259).

Esta passou a ser a estratégia adotada pelo Estado brasileiro para manipular o que Assmann entende por memória funcional, assim como para evitar que uma contrarrecordação crítica encontrasse lugar na memória cumulativa. A saída para K. foi, então, buscar levantar um antimonumento, ou seja, um monumento de papel[[14]](#footnote-14).

Desolado pela falta da *matzeivá*, ocorreu então a K. a ideia de compor um pequeno livrinho de memória da filha e do genro. Uma lápide em forma de livro. Um *livro in memoriam*. [...] Comporia um folheto de umas oito ou dez páginas, com fotografias e depoimentos de suas amigas, imprimiria cem cópias e as entregaria de mão em mão para toda a família, os conhecidos e as amigas; mandaria aos parentes em Eretz Israel. (KUCINSKI, 2016, p. 78).

Contudo, a “cultura do medo” instaurada pelo regime, assim como o sucesso que este encontrou na disseminação da ideia de que “comunistas” eram criminosos, opositores/inimigos da pátria, impuseram a K. mais uma derrota, a negativa de impressão do exemplar, depois de todo o trabalho dedicado à sua confecção. “Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para a minha gráfica? Pegue isso e dê o fora, nunca mais apareça com esse tipo de coisa. Onde já se viu, material subversivo, uma desaparecida política, uma comunista. Ela não era comunista?” (KUCINSKI, 2016. p. 78). A pergunta aqui é feita em tom acusatório, como a indicar que o desparecimento – caso tivesse de fato ocorrido, posto que as negativas oficiais o colocam em suspeição – seria justa consequência do fato de ser “comunista”.

Ainda nessa esteira de pensar as produções escritas nesse diálogo com a manutenção da memória cultural, ao refletirmos acerca do universo extratextual, é possível considerar que a publicação do romance em análise acaba por contribuir para cumprir o papel de contrarrecordação, de concorrer para manter viva de alguma forma a memória de A. (personagem que faz alusão a Ana Rosa Kucinski Silva), como metonímia de todos os desaparecidos arrancados de suas famílias, com vistas a confirmar que “a escrita é uma das armas mais eficientes contra a segunda morte social, o esquecimento” (ASSMANN, 2011, p. 195).

**Considerações Finais**

O entrelaçamento entre ficção e discurso histórico, em *K. [...]*, nos permite compreender o romance em questão como uma obra-testemunho, na qual a escrita parece atuar como forma de elaboração do trauma (LILENBAUM, 2007; SELIGMANN-SILVA, 2000). O livro, na condição de lápide possível (SCARAMUCCI, 2020), configura-se como estratégia tanto de manutenção da memória funcional familiar como de resistência à tentativa de apagar os rastros do horror que caracterizaram a máquina repressora posta em movimento pela ditadura civil-militar no Brasil (TELES, 2011; 2010). A escrita de *K. [...]*, portanto, representa um posicionamento contrário à aliança entre dominação e memória, num movimento que Assmann (2011) entende como voltado à deslegitimação das relações de poder consideradas opressivas, uma vez que caracterizada por uma contrarrecordação da qual os mensageiros são os vencidos, os oprimidos, cujas vozes se levantam tanto no intuito de, no presente, interpretar o passado, buscando uma forma de lidar com ele, quanto de evitar o esquecimento, para as gerações futuras, dos crimes ocorridos nesse momento histórico.

Dessa forma, percebe-se que a obra se permite ler a partir da compreensão perspectivística de Assmann (2011), acerca da relação estabelecida entre memória e história, compreendendo-as não como campos opostos, mas entrelaçados no intuito de construir um sentido mais próximo da realidade. No que diz respeito à realidade, é importante acentuar que esta se distancia da concepção atrelada ao racionalismo próprio do séc. XIX, segundo o qual ela teria existência própria, objetiva e seria capaz de fundamentar “a” verdade. A própria construção romanesca, que permite ao leitor deparar-se com diferentes vozes e visões diversas (inclusive opostas) acerca da realidade chama atenção para a parcialidade do que se entende por verdade.

Assim sendo, a obra em estudo, compreende a história sob sua perspectiva discursiva (CERTEAU, 1982), empreendendo um movimento de releitura crítica da versão oficial apresentada pelo Estado acerca da ditadura civil-militar no Brasil, trazendo ao centro da narrativa um trauma individual/familiar, elaborado ficcionalmente, que representa um trauma histórico, portanto, coletivo.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida (2011). *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural.* Campinas: Unicamp.

BERLA, Gabriel Vieira (2010) “O Especialista”: uma análise arendtiana do julgamento de Eichmann e de seu legado. *Revista Liberdades*, n.4, p. 69-77.

BRASIL (2020). Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

CASTRO, Ana (2018). *Kaddish*: prece por uma desaparecida. Belo Horizonte: Letramento.

CERTEAU, Michel de (2007). *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

DERRIDA, Jacques (2001). *Mal de Arquivo:* Uma Impressão Freudiana. Tradução de Cláudia Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

KUCINSKI, Bernardo (2016). *K. Relato de uma busca*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

LEVI, Primo (1988). *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco.

LILENBAUM, Patrícia Chiganer (2009). *Judeus escritos no Brasil:* Samuel Rawet, Moacyr Scliar e Cíntia Moscovich. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, p. 232.

MARRUS, Michael Robert (2003). *A assustadora história do Holocausto*. Trad. Alexandre Martins. Rio de Janeiro:.

MICHAEL, Joachim (2016). Memória do desaparecimento: a ditadura no romance K. Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. *Teresa* revista de Literatura Brasileira [17]; São Paulo, p. 15-30.

SACRAMENTO, Igor (2018). A era da testemunha: uma história do presente. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v.7, n.1, p. 125-140.

SCARAMUCCI, Marianna (2020). Monumentos precários: luto (im)possível e lápides de papel em *K.: relato de uma busca*. *Estud. Lit. Bras. Contemp.*, Brasília, n. 60, e6002, p.1-14.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur (Orgs.) (2000). Catástrofe e representação. São Paulo: Escuta, p. 73-98.

TELES, Janaína de Almeida (2011). *Memórias dos cárceres da ditadura*: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 519.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.) (2010). *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, p. 253-298.

WIEVIORKA, Annette (2006). *The Era of Witness*. Trad. Jared Stark. New York: Cornell University Press.

1. Estas personagens são as únicas identificadas apenas pelas iniciais. A personagem K. faz alusão a Majer Kucinski, pai do autor. Já A. faz referência a sua irmã, Ana Rosa Kucinski Silva (importante esclarecer que, embora encontremos grafado sempre dessa forma o nome de Ana Rosa, esta abandonou o sobrenome Kusinski, ao casar-se com Wilson Silva, adotando, a partir de então, apenas o sobrenome Silva [CASTRO, 2018]). [↑](#footnote-ref-1)
2. Nesta pequena cidade, pertencente à parte oeste da Polônia, ocorreu o primeiro massacre organizado pelas tropas alemãs contra a população judaica, quando da invasão do País. [↑](#footnote-ref-2)
3. “Literalmente: Partido dos Trabalhadores de Sion de Esquerda, dissidência à esquerda do Poalei Tzion, partido sionista de orientação marxista criado no início do século XX na Europa Oriental, depois que o Bund, partido comunista judeu, rejeitou o sionismo.” (KUCINSKI, 2016, p.37). [↑](#footnote-ref-3)
4. Em virtude de o termo Holocausto remeter à ideia de sacrifício divino, expiação, preferimos o uso de *Shoah* (do hebraico secular), *catástrofe*. [↑](#footnote-ref-4)
5. As reflexões em primeira pessoa ou as cartas, de diferentes sujeitos, recebem formatação em itálico, diferentemente da maior parte da obra, na qual aparece um narrador em terceira pessoa. [↑](#footnote-ref-5)
6. “Na mitologia judaica, o Dybbuk é a alma insatisfeita que se cola a uma pessoa, em geral para atormentá-la. A palavra vem do hebraico *Devek*, que significa ‘cola’.” (KUCINSKI, 2016, p. 14). [↑](#footnote-ref-6)
7. Aqui utilizada versão editada em 2006. [↑](#footnote-ref-7)
8. Vale salientar que Assmann (2011) aqui não se refere à visão tradicional de uma historiografia supostamente imparcial ou neutra. Sua concepção é informada pela de história social, que ampliou as perspectivas acerca do discurso histórico. [↑](#footnote-ref-8)
9. “O nome Auschwitz tornou-se ao longo do tempo uma abreviação com que se designa a máquina nazista de aniquilação em massa de judeus e de outras vítimas excluídas e indefesas” (ASSMANN, 2011, p. 350). [↑](#footnote-ref-9)
10. Nessa obra, vale ressaltar, a ideia de “aniquilação” não corresponde apenas ao extermínio, mas sobretudo ao cotidiano extremamente desumanizador de Auschwitz, capaz de sequestrar elementos indicadores da condição humana dos indivíduos ali permanecidos, como autocuidado, empatia, desejos e esperança por exemplo. [↑](#footnote-ref-10)
11. “Escola judaica de ensino básico, em geral dirigida por um rabino e usando a Torá como texto didático” (KUCINSKI, 2016, p. 74). [↑](#footnote-ref-11)
12. Não adotamos aqui a ideia de que a postura da personagem em questão serve de modelo ético para se relacionar a eventos traumáticos produzidos como resultantes de crimes de Estado, como figuram a *Shoah* e as torturas, sequestros, assassinatos, bem como tantos outros perpetrados pelo Estado brasileiro sob a ditadura civil-militar. Paul Celan e Jorge Semprun, por exemplo, encontraram na escrita literária uma forma de se relacionar com a memória do genocídio judeu perpetrado pelos alemães e essa forma de lidar com o trauma, para nós, não é mais nem menos ética. [↑](#footnote-ref-12)
13. Filha dos militantes políticos brasileiros Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles, foi detida, assim como seus pais, tendo se tornado presa política, quando tinha cinco anos de idade. O mesmo aconteceu a seu irmão, Edson Luis de Almeida Teles, com dois anos na ocasião. [↑](#footnote-ref-13)
14. Para reflexões mais robustas sobre a estética do antimonumento e do “saber da precariedade” – com vistas a pensar o testemunho de catástrofes históricas, a exemplo do desaparecimento de pessoas, como um movimento contra-hegemônico de construção da memória e de elaboração do trauma –, ver *Monumentos precários: luto (im)possível e lápides de papel em* K.: relato de uma busca, de Marianna Scaramucci (2020). [↑](#footnote-ref-14)